



ISSN 1981 - 3031

A EDUCAÇÃO EM ARAPIRACA ENTRE LEIS E DECRETOS

Maria Emiliana de Aquino Macedo

emiliana_al@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar o processo educacional nas cidades interioranas de Alagoas contribuindo com a historiografia da educação alagoana e brasileira. O objetivo é compreender como foram criadas as escolas isoladas de Arapiraca, através de Leis e Decretos que se encontram arquivadas na Secretaria Municipal de Educação de Arapiraca. Conforme análise realizada pode se perceber que estas escolas funcionavam em prédios cedidos pelos grandes proprietários de terras ou na residência do professor, estabelecendo-se uma verdadeira relação do público pelo privado. Estas eram reconhecidas pelo nome do professor ou do proprietário que cedia o prédio. Dessa forma, encontram-se nos decretos, inúmeras escolas s/d, o que significa sem denominação, mesmo que a Lei de criação dessa escola atribua à mesma uma denominação. Para dar sustentação a essa análise busca-se apoio nas formulações de Verçosa (1997), Faoro (1975), Alves (2005) e outros.

Palavras-Chaves: público e privado – escolas isoladas - patrimonialismo

INTRODUÇÃO

Arapiraca ergueu-se a sombra de uma árvore de mesmo nome, por meio de um descendente de família portuguesa chamado Manoel André que por influência de seu sogro Amaro da Silva Valente, saiu de sua terra natal Cacimbinhas - AL e se aventurou a procura de um bom lugar para o plantio da mandioca – alimento importante para a fabricação de farinha – um lugar onde pudesse prosperar. Assim, em 1848 começa a nascer Arapiraca, sob a liderança de Manoel André, estruturando uma sociedade

extremamente agrícola. O povoamento foi acontecendo por meio dos próprios parentes de Manoel André que foram se fixando no local e aumentando à medida que, os próprios foram se entrelaçando e formando famílias que, por sua vez, foram se instalando em cada região do município, proporcionando o seu crescimento.

Cada região tinha um chefe que era aliado ao líder geral, o que influenciava a vida dos demais indivíduos da região, era uma espécie de provedor, tornando Arapiraca uma cidade centrada nos moldes patriarcalistas e patrimonialistas que vem desde o período colonial, o imperial e passa permear a República existindo vestígios até hoje. Dessa forma Arapiraca passa a ser distrito de Limoeiro de Anadia, concentrando sua geração de renda por meio do cultivo da mandioca o que lhe proporcionou um desenvolvimento econômico e social significativo, uma vez que muitas pessoas que moravam na sede do município de Limoeiro começaram a mudar-se para Arapiraca em busca de melhores condições de vida.

Foi dessa forma que muitos homens da terra começaram a prosperar com o cultivo da mandioca e tempos depois do fumo que se tornaria a principal produto econômico da região. A sociedade buscava o desenvolvimento econômico através do trabalho no campo, sem nenhuma preocupação com a escolarização dos indivíduos, e os poucos que tinham, era porque a família podia pagar um professor particular, que ficava morando na casa junto com a família com a missão de ensinar as primeiras letras para os indivíduos daquela casa e até mesmo da vizinhança.

Mesmo com a emancipação advinda pelo grande crescimento econômico e populacional da região, a questão da escolarização não sofreu nenhum tipo de transformação, uma vez que os chefes que se viam provedores da região não se posicionavam nesse sentido, apenas se preocupavam com o desenvolvimento da cidade, por meio principalmente do fumo, que cada vez mais estava progredindo, havendo a necessidade de toda a família trabalhar no manuseio, desde o plantio até o seu acabamento para venda.

Outro fator que contribuiu para o progresso de Arapiraca foi à feira livre que teve sua origem desde o início do povoamento da região que foi crescendo e tornando-se um centro de compra e venda de vários produtos. Esta contribuiu com o desenvolvimento cultural da região. “Com essa mistura de pessoas vindas de regiões diversas, percebeu-se em Arapiraca um depositário de valores culturais que se manifestava de várias formas” (FARIAS 2007, p. 47).

A educação em Arapiraca, dentro desse contexto se constitui em seus primórdios privilégio de uma minoria, por se dar através de aulas particulares ou na casa de professores que às vezes residiam na região ou vinha de outras localidades, eram as chamadas escolas isoladas, onde a escolarização se restringia ao ensino de boa conduta moral da sociedade, embasadas no ensinamento da Igreja Católica, assim como ensinamento da leitura, da escrita e do cálculo, seguiam, portanto, um modelo de ensino tradicional. Estas escolas funcionavam em salões doados pelos chefes das localidades ou na casa dos próprios docentes.

Eram as escolas isoladas, dispersas, funcionando em uma única sala sobre a régua de um único professor, escolas reunidas, funcionando em um único prédio e alguns poucos grupos isolados além de outras variações como escolas diurnas e noturnas ou escolas para o sexo masculino e para o sexo feminino. (FARIAS, 2007, p. 63)

Outro aspecto que dificultava o ensino nas escolas isoladas do interior era a falta de formação adequada dos professores que lecionavam. Estes não tinham condições de buscar essa formação na capital, já que o Liceu Alagoano, localizado em Maceió, era a única instituição que oferecia o curso Normal, com duração de dois anos. Algumas moças do interior, pertencentes à camada economicamente privilegiada, passavam um período na capital e depois de qualificadas optavam pela permanência em Maceió, onde as condições de vida e trabalho eram melhores. Dessa forma, o ensino em Arapiraca continuava à mercê de professores leigos, os quais recebiam orientações do padre, o que significa o paternalismo cristão católico.

Todavia, o acelerado crescimento econômico gerado pelo fumo acabou por estimular o interesse dos cidadãos arapiraquenses pelo processo formal de ensino na década de 40, dessa forma, o fumo que antes prejudicava o desenvolvimento educacional passava agora a servir de alavanca para o desenvolvimento do ensino. Pois, os fumicultores passaram a exigir das autoridades locais a criação de novas escolas.

Atendendo a essas reivindicações foi criado em 1940 o primeiro Grupo Escolar de Arapiraca. O Grupo Escolar Adriano Jorge foi criado para atender aos filhos dos trabalhadores mais carentes, porém acabou por privilegiar os mais favorecidos economicamente, uma vez que não tinha capacidade física-estrutural para atender a todos, “logo se transformaria numa escola da elite” (GUEDES, 1999, p. 135).

Era uma escola moderna para os que viviam na região. Muitos dos professores vieram da capital e por Arapiraca neste período ainda não contar com hotéis e pousadas

para hospedar os professores, os pais dos alunos ofereciam suas residências para que os professores pudessem morar.

Um pouco mais tarde o professor Pedro de França Reis resolve fundar em 1943 uma instituição de ensino de cunho particular, decisão tomada após ter percorrido várias cidades, decorrentes das perseguições políticas que sofreu. No início a escola funcionou num salão, depois passou para a residência do professor. E com o Decreto Estadual n° 2.225 a instituição passou a funcionar em prédio próprio.

Na década seguinte mais duas escolas foram criadas, uma da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CENEG), a primeira escola a oferecer em Arapiraca o curso ginásial, com curso técnico, comercial, científico e normal. As famílias mais conservadoras ao lado do pároco da cidade e com o apoio do prefeito João Lúcio da Silva conseguiram a instalação do Educandário São Francisco de Assis, com um ensino exclusivo para a formação de meninas e moças da região que possuíam padrões econômicos favoráveis.

O PÚBLICO E O PRIVADO NO DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCACIONAL DE ARAPIRACA

A relação entre o público e o privado é um fenômeno presente na história da Educação desde os seus primórdios até os dias atuais: o Estado aparece como representante e provedor do bem público. Passa a restringir suas ações de acordo com os interesses da classe vigente, dificultando o desenvolvimento de uma educação verdadeiramente aberta para todos e de qualidade. Esta que deveria ser um bem para humanidade acaba sempre seguindo os ditames da classe que esta no poder, para os que detêm o capital é oferecida uma educação plena e para a maioria da população uma educação básica superficial aumentando assim as desigualdades sociais.

A educação no período do Brasil colônia e do império ficou centralizada nas mãos do Estado e da Igreja Católica. O ensino oferecido era mais voltado para evangelização, os ensinamentos da ordem, da moral e os bons costumes por meio da fé. O Estado oferecia condições para a criação de escolas, mas quem acabava ministrando o ensino era a Igreja. O isolamento dos lugares também favorecia para que os sujeitos mais influentes de cada localidade acabassem oferecendo algum tipo de ajuda, envolvendo-se dessa forma na instalação dessas escolas, além do Estado e da Igreja os particulares.

Mesmo quando o Estado resolveu desligar-se da Igreja, deixando de beneficiá-la, está continua a servir aos interesses particulares, uma vez que fica restrita a sua função de ministrar e organizar o ensino nas instituições escolares. Com a República e as influências capitalistas permeando, a organização política torna-se mais visível o que é público e o que é privado; o que é público é estatal e o privado, que vai ganhar mais aderência devido ao apoio da Igreja, torna-se particular. O Estado se propõe em oferecer educação para todos, porém a lei deixa brecha para o estabelecimento de instituições privadas de ensino, permeando o envolvimento entre ambos.

Assim, as escolas criadas nesse período foram sofrendo variações de acordo com as mudanças que iam ocorrendo na política do país, sendo mais visíveis em lugares pequenos onde quem mandava eram os grandes fazendeiros ou comerciantes, pois usufruíam dos bens públicos em benefício próprio. Vivendo assim em um sistema de patriarcalismo e coronelismo, onde “o compadre recebe e transmite homenagens de igual para igual, comprometido a velar pelos afilhados, obrigados estes a acatar e respeitar os padrinhos” (FAORO, 1975). O que acabava acarretando na desorganização do ambiente escolar, pois, à medida que havia uma mudança política que mexia com quem estava no controle da localidade tudo era mudado de acordo com o novo chefe, inclusive a educação.

Daí a subsequente enxurrada de decretos do executivo extinguindo as escolas existentes, pois, funcionavam nas propriedades de chefes políticos derrotados nas eleições e a criação paralela de novas escolas, sediadas nas propriedades dos chefes políticos vitoriosos. Professores em exercício eram exonerados seguindo-se a contratação de novos contingentes recrutados, em cada região, no interior da clientela do chefe político local. (ALVES, 2005, p. 103-104)

Consoante com o que ocorria no âmbito Nacional a tradição arapiraquense nos revela que a instituição das escolas era caracterizada por esta relação entre o público e o privado. Conta-se que o primeiro professor desta localidade, o professor Antônio Raimundo, foi contratado pelo então chefe da comunidade, Manoel André, de caráter particular o professor ensinava em sua própria residência ou mesmo na casa dos proprietários de terras quando este era solicitado pelos diversos líderes de cada comunidade. Caracterizado pela instalação de escolas isoladas o desenvolvimento do ensino se deu pela falta de distinção entre o que é público e o que é privado.

Foi deste modo que as primeiras escolas criadas não fogem da influência desses dois setores público e privado, tornando-se mais acentuado quando o professor Pedro

Reis, abriu em sua instituição um regime de internato para os alunos, os quais usufruíam de todas as instalações da residência do professor. Ou quando a escola de prendas Esperidião Rodrigues, que se subtende que seria uma escola de caráter particular, cede espaço para o Grupo Escolar Adriano Jorge, a partir do decreto n° 2, de 16 de fevereiro de 1948, que decreta que a escola particular funcione a favor do Grupo caso este não dispunha de professores suficientes para atender as crianças em idade escolar; ou mesmo quando o próprio Grupo Escolar cedeu algumas de suas salas para o funcionamento do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, além do financiamento dado pelo prefeito do município para a compra do terreno para a construção do colégio, ficando evidente, como coloca Verçosa (1997) Tende a redefinir, sob uma mesma privatista, tudo o que tem caráter publicizante e comunitário. Ainda em outro momento o Educandário São Francisco de Assim também inicia suas atividades pedagógicas no Grupo Escolar Estadual Aurino Maciel.

Esta relação pode ser constatada através da análise de Leis e Decretos de criação de escolas no período que vai de 1940 a 1960, localizados na Secretária Municipal de Educação de Arapiraca. Fazendo uma análise desses documentos foi possível identificar que algumas das denominações das escolas estavam precedidas da sigla S/D, que significa sem denominação, característica que se deve principalmente as relações de patrimonialismo existentes, uma vez que estas influenciavam na forma de criação e instalação dessas escolas. Ficando as mesmas conhecidas pelo nome da localidade a qual estavam inseridas, do professor que ali atuava ou mesmo do líder da comunidade.

Como é o caso da Escola Municipal Clodoaldo da Fonseca, que a partir da Lei n 301 de 22 de junho de 1959, cria e denomina uma escola primária no sítio Folha Miúda. No entanto índices de Atas referentes à década de 70 revelam que a escola ainda estava sem sua referida denominação, conhecida em sua região de origem com o nome de Escola do sítio Folha Miúda.

Deste modo, Arapiraca neste período não possuía um sistema educacional, não existia, portanto uma organização política voltada para a educação do município. E foi por isso que as várias reformas educacionais que ocorreram no âmbito nacional não atingiram o município. Como as reformas advindas da Escola Nova, que trazia idéias para a organização de um sistema educacional nacional, uma escola laica, obrigatória e gratuita. Em Arapiraca, essas mudanças não repercutem, conduzia-se a educação a partir de uma política paternalista, direcionada pela Igreja Católica, que esta além de influenciar os métodos de ensino desenvolvidos pelos professores ficavam muitas vezes

responsáveis pela formação dos professores que não podiam ir a capital buscar a formação adequada.

As relações de compadrio também revelam a invasão do público pelo privado no processo educacional ali desenvolvido já que muitas escolas foram criadas a partir das relações que os grandes proprietários mantinham com as lideranças políticas do município. Em 1949 o patriarca do sítio Baixa grande de Cima, Tertulino Bernardo, conseguiu com a liderança municipal, Luiz Pereira Lima a indicação de sua filha para ser a professora daquele sítio. A escola foi criada com a Lei n 45 de 30 de agosto de 1949, que criava e denominava como: General Goés Monteiro, no entanto, esta ficou conhecida com o nome de Escola da Professora D. Linda, mais uma evidência de que o público deu lugar ao privado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analizando o processo educacional de Arapiraca em seus primórdios tendo como base leis e decretos da escolarização, centrada nos moldes patrimonialistas, onde a relação entre o público e o privado era comum, uma vez que não se tinha distinção.

Em Arapiraca cidade do agreste do Estado alagoano desenvolvida sob uma base agrícola de pequenos e médios latifundiários através da cultura da mandioca e do fumo, configurou uma educação por meio de escolas isoladas que tinham o atendimento restrito, dependendo das famílias de cada região do município. Estas escolas funcionavam na casa do professor em que os alunos tinham acesso as suas instalações, enquanto os professores usavam seus alunos para ajudar nos seus afazeres; pediam que os mais adiantados ensinassem aos iniciantes; ainda pediam que essas crianças colocassem seus filhos para dormir, para olhar a panela, ou fazer pequenas compras. Isso significa que havia uma grande relação do público pelo privado.

Percebemos assim que com a ausência de políticas educacionais que pudessem direcionar a escolarização do município, acabava gerando certo atraso com relação a outras regiões do país, uma vez que a educação ainda continuava sendo uma atividade para os que podiam pagar um professor particular ou através de escolas isoladas, excluindo assim os filhos da massa trabalhadora do acesso a escolarização.

E mesmo com a criação dos primeiros grupos escolares, essa realidade não muda muito, uma vez que vai continuar a privilegiar os que possuem padrões de vida mais favoráveis, onde essa relação de parceria entre o público é o privado vão permanecer

segundo seus interesses, onde o primeiro na maioria das vezes sempre cederá lugar ao privado, ou seja, em detrimento da maioria para benefício de uma minoria.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto, Luiz. **A inovação nas práticas educativas das escolas estatais e particulares**: subsídios para a discussão da relação entre o público e o privado na educação brasileira. In. Lombardi José Claudinei, Jacomeli, Maria Regina M., Silva, Tânia Mara T. da (orgs.). O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas. Coleção Memória da Educação. Editora: Autores Associados; Histeder, Unisal. Campinas, São Paulo, 2005, p. 99- 123.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Vol. 1 e 2, Porto Alegre: Globo, São Paulo: EDUSP, 1975.

FARIAS Maria Aparecida de. **O romper do silêncio: a trajetória da educação escolar em Arapiraca (AL), de seu povoamento até a década de 1950**. Dissertação do Mestrado em Educação Brasileira, Maceió, 2007.

GUEDES, Zezito. **Arapiraca através do tempo**. Gráfica Montergraphy Ltda. Maceió, 1999.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas**: História, histórias. 2. Ed. Maceió: EDUFAL, 1997.